

Alicerce de Democracia *sucessão*

DECLARA o Presidente Figueiredo que caberá ao seu sucessor a missão de levar a abertura até o fim. A finalidade das grandes transformações do regime é construir uma democracia, a partir da sua principal consequência: o acatamento da vontade da maioria pelas minorias. É o princípio básico do qual derivam os corolários essenciais ao seu funcionamento.

Mais do que importante, a abertura é ressaltada como imprescindível pelo Presidente: se o seu sucessor "não persistir nessa abertura a uma democracia de princípios, estaremos sempre num impasse". O sentido da proposta de continuidade para completar a abertura ressalta com toda a clareza na resposta que, mais uma vez, o Presidente Figueiredo deu a uma pergunta insistente sobre a garantia de que o candidato que se eleger será empossado.

A posse é um tema crônico em toda sucessão presidencial brasileira, sob a forma de dúvida e de desconfiança. É, aliás, o sinal de que o processo sempre tem uma componente de crise. Não é, entretanto, a natureza do regime presidencialista a responsável pela utilização deliberada da dúvida como um elemento da campanha eleitoral, e sim a resistência residual à aceitação tranqüila da vontade da maioria.

Fez bem o Presidente Figueiredo em vincular a necessidade de prosseguimento da abertura pelo sucessor e a garantia de posse do eleito, à prevalência da vontade da maioria. Para o Brasil passar a um estágio político superior é preciso eliminar do caminho da sucessão a dúvida em relação a pré-requisitos de qualquer normalidade. Eleições se fazem para aferir a vontade da maioria e da minoria. A democracia é a expressão da vontade majoritária e sua aceitação pelas minorias. O resto é consequência.

Teve o processo eleitoral, mais uma vez, as garantias que o Governo pode assegurar. Aos partidos, candidatos e lideranças políticas compete igualmente oferecer as garantias de uma disputa tranqüila entre adversários, que as divergências se contenham nos limites da ética, da educação cívica e do respeito a que todos têm direito. Pois o respeito na luta eleitoral é em última análise devida à opinião pública. Mais ainda quando, sendo indireta a eleição, a sociedade está na posição de expectadora.

Ainda que não vote, o eleitorado é parcela ativa do processo político e interessado no êxito das transformações do regime, que lhe reservará, desde logo, crescentes quotas de responsabilidades nas decisões nacionais. As garantias oferecidas pelo Governo através das reiteradas declarações presidenciais de que o vencedor da eleição será empossado — "alguma vez deixei de cumprir o que prometi?" — contribuem para ampliar a confiança geral na etapa que o Brasil atravessa.

A maior responsabilidade dos candidatos é a de corresponder, desde a campanha, ao anseio nacional de maturidade política. E ao eleito tocará a missão de prosseguir também em segurança a passagem do país à normalidade institucional e política. O período de transição se iniciará com o sucessor do Presidente Figueiredo, mas a medida da aptidão do futuro Governo se demonstra na capacidade dos candidatos para conduzir a campanha dentro de características que autorizem seu julgamento prévio pelos métodos da disputa.

O processo eleitoral em curso é o caminho mais condizente com as necessidades e possibilidades democráticas que marcam o encerramento de uma fase de autoritarismo decrescente e de liberdades e responsabilidades crescentes para a sociedade.